

FORMAÇÃO INICIAL DE CONCILIADORES(AS) CEJUSC 2026 - ETAPA PRÁTICA (SERVIDORES E APOSENTADOS)



Inscrições até o dia **21-10-2026**, [neste link](#).

DATA/PERÍODO	23-10 a 1º-12-2026 Encontros telepresenciais nos seguintes dias e horários: - 23-10 (6ª-feira), das 9h às 12h - 27-10 (3ª-feira), das 10h às 12h - 29-10 (5ª-feira), das 10h às 12h - 05-11 (5ª-feira), das 10h às 12h - 05-11 (5ª-feira), das 13h30 às 15h30 - 05-11 (5ª-feira), das 16h às 18h - 12-11 (5ª-feira), das 10h às 12h - 12-11 (5ª-feira), das 14h às 16h - 19-11 (5ª-feira), das 9h às 12h - 19-11 (5ª-feira), das 14 às 17h		
FORMATO	Curso ▾		
MODALIDADE	EaD Colaborativo ▾		
LOCAL	EJUD4 On-Line		
DOCENTES	Papel	Nome completo	Currículo resumido
1	Tutor(a) ▾ Palestrante ▾	RODRIGO GUERRA MARTINS	Servidor do TRT4.
2	Tutor(a) ▾	JOÃO CARLOS BAPTISTA JÚNIOR	Servidor do TRT4.
2	Palestrante ▾	CAMILA LEAL LIMA	Juíza do TRT1.
3	Palestrante ▾	DOROTÉIA SILVA DE AZEVEDO	Juíza do TRT5.
4	Palestrante ▾	DÉA MARISA BRANDÃO CUBEL YULE	Juíza do TRT24. Juíza Auxiliar da Vice-Presidência do Tribunal Superior do Trabalho (Cejus).
5	Palestrante ▾	JORGE ALBERTO ARAÚJO	Juiz do TRT4.
6	Palestrante ▾	LUCIANA CARINGI XAVIER	Juíza do TRT4.
7	Palestrante ▾	ANA JULIA FAZENDA NUNES	Juíza do TRT4.
8	Palestrante ▾	ALINE DORAL STEFANI FAGUNDES	Juíza do TRT4. Juíza Auxiliar da Vice-Presidência Jurisdicional 2026/2027.
9	Palestrante ▾	FABRICIO LUCKMANN	Juiz do TRT4. Coordenador do CEJUSC-JT 1º Grau de Porto Alegre.

10	Palestrante ▾	ANA LUIZA HEINECK KRUSE	Desembargadora do TRT4.
11	Palestrante ▾	JOÃO PEDRO SILVESTRIN	Desembargador do TRT4.
12	Palestrante ▾	MARINES DENKIEVICZ TEDESCO FRAGA	Juíza do TRT4.
13	Palestrante ▾	FABÍOLA SCHIVITZ DORNELLES MACHADO	Juíza do TRT4.
14	Palestrante ▾	FERNANDO HOFFMANN	Juiz do TRT9.
PÚBLICO-ALVO	Servidores(as) do TRT4 e de outros regionais ativos(as) e magistrados(as) e servidores(as) do TRT4 aposentados(as) que já tenham realizado a formação inicial teórica e que necessitam fazer parte prática, para atuarem como conciliadores(as) de CEJUSC.		
VAGAS/Nº DE PARTICIPANTES	60 vagas (divididos em duas turmas, com 30 vagas cada), sendo 10 vagas destinadas a outros regionais.		
CARGA HORÁRIA	60 horas-aula		
JUSTIFICATIVA	A Resolução CSJT nº 415, de 23 de maio de 2025, que consolidou a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado das Disputas de Interesses no âmbito da Justiça do Trabalho, condicionou o exercício das funções de coordenação e supervisão de Cejuscs à habilitação em módulo teórico de 40 horas e módulo prático de 20 horas (art. 45), e a atuação de servidores(as) e magistrados(as) aposentados(as) como conciliadores(as) e mediadores(as) à conclusão de módulo inicial prático de, no mínimo, 60 horas-aula (art. 46), ambos a cargo das escolas que integram o SINFOMAT. A conciliação e a mediação são, contudo, atividades que não se aprendem apenas pela leitura da norma: dependem de escuta ativa, manejo de emoções, construção de confiança e domínio das técnicas de negociação em situações reais, sob supervisão. Por isso a formação estrutura-se em oficinas práticas, observação e condução de audiências supervisionadas e roda de conversa para troca de experiências entre as unidades da 4ª Região, integrando dimensões que a Resolução CSJT nº 415/2025 tornou incontornáveis: o uso de mecanismos eletrônicos de mediação com respeito à LGPD e à vedação de que automações alcancem a fase decisória (art. 40), o que exige preparar conciliadores(as) para incorporar a inteligência artificial como apoio sem comprometer a supervisão humana e a autonomia das partes; e o combate às desigualdades estruturais decorrentes de discriminação por raça, gênero, etnia, idade e capacitismo (art. 41, § 1º, III), que impõe a aplicação de protocolos antidiscriminatórios na condução das sessões. Ao formar conciliadores(as) e supervisores(as) com competência técnica, sensibilidade ética e preparo para a realidade digital, a Escola Judicial cumpre sua missão de aprimoramento da prestação jurisdicional e contribui para uma solução consensual de conflitos que seja, ao mesmo tempo, efetiva, inclusiva e humana.		
EMENTA	O curso de Formação Inicial de Conciliadores e Supervisores – Etapa Prática tem como objetivo proporcionar capacitação prática para atuação em audiências de mediação e conciliação no âmbito da Justiça do Trabalho, abordando desde aspectos técnicos e legais até habilidades interpessoais fundamentais para a condução de negociações. A formação contempla oficinas práticas, observação e condução de audiências supervisionadas, além de roda de conversa para troca de experiências, integrando ferramentas modernas como inteligência artificial e protocolos antidiscriminatórios no contexto da mediação e conciliação trabalhistas.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	- Aula Inaugural sobre aspectos atuais da prática da mediação e da conciliação em âmbito nacional na JT; - Gênero, Raça e Anti-Discriminação e Mediação: aplicabilidade dos protocolos de gênero, raça e anti-discriminação na condução das audiências de mediação e conciliação; - Experiências e práticas com o uso da inteligência artificial na conciliação, explorando ferramentas como ChatGPT, Chat-JT, para condução de negociações, mediações e conciliações; - Estudo de casos práticos vinculados a uma temática apresentada pelo(a) docente, para discussão em turma e criação de uma solução para o caso;		

	- Práticas restaurativas aplicáveis aos processos de mediação e conciliação na Justiça do Trabalho; - Simulação de práticas colaborativas, com exercícios realizados pelos alunos; - Simulação de uma audiência de mediação/conciliação, em que os alunos atuarão como partes, advogados(as) e mediadores(as); - Revisão do AUD4 e funcionalidades do PJE; Uso do Zoom nas audiências de conciliação; Revisão da confecção da ata; - Boas práticas e seus respectivos resultados, bem como pontos críticos das audiências de mediação e conciliação.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Ao final do curso espera-se que o(a) aluno(a) seja capaz de: - compreender a diferença conceitual dos princípios e da aplicabilidade da mediação e da conciliação na prática judicial; - compreender as técnicas de mediação e conciliação que habilitem o conciliador e o mediador a intervirem de modo construtivo na audiência de tentativa de conciliação; - compreender a importância do autoconhecimento na gestão das emoções que surgem no ambiente de negociação; - interagir em um ambiente de negociação, a partir de exercícios, dinâmicas e práticas simuladas.
METODOLOGIA	Curso EAD colaborativo, com acompanhamento de tutor ao longo do curso e encontros telepresenciais (ao vivo pelo Zoom) nos dias: • 23-10, das 9h às 12h: Conciliação e acessibilidade: inclusão e respeito à diversidade - Camila Leal Lima; <i>Conciliação e os protocolos de atuação: a metodologia da inclusão</i> - Dorotéia Silva de Azevedo; e <i>Efetividade do regime de cooperação judiciária</i> - Déa Marisa Brandão Cubel Yule. • 27-10, das 10h às 12h: Redação da ata - Rodrigo Guerra Martins. • 29-10, das 10h às 12h: IA na conciliação - Jorge Alberto Araujo. • 05-11, das 10h às 12h: Estudos de caso 2 - Ana Julia Fazenda Nunes. • 05-11, das 13h30 às 15h30: Conversas Difíceis, Boas Práticas e Orientações para o Estágio - Aline Doral Stefani Fagundes. • 05-11, das 16h às 18h: Justiça Restaurativa - Luciana Caringi Xavier. • 12-11, das 10h às 12h: Casos práticos de Mediação pré processual - Fabricio Luckmann. • 12-11, das 14h às 16h: Casos práticos de mediação coletiva - Ana Luiza Heineck Kruse e João Pedro Silvestrin. • 19-11, das 9h às 12h: Prática Simulada - Marinês Denkievicz Tedesco Fraga e Fabiola Schivitz Dornelles Machado. • 19-11, das 14 às 17h: Oficina prática - Fernando Hoffmann. O(a) aluno(a) deverá participar dos encontros telepresenciais ou assistir a gravação do encontro em que não for possível participar em tempo real. Também deverá acompanhar as audiências designadas, conforme etapas abaixo, entregar o relatório de aprendizagem e participar de reunião individual com seu tutor para fechamento do processo de aprendizagem. Etapas e prazos para entrega dos relatórios de aprendizagem: • Relatório de Audiências - Parte 1 (Observação): 09-11-2026 Observação de sessões conduzidas por conciliadores(as) experientes, sob supervisão do(a) magistrado(a) coordenador(a). • Relatório de Audiências - Parte 2 (Comediação): 23-11-2026 Condução conjunta de sessões ao lado do(a) conciliador(a) ou supervisor(a) de referência, com avaliação progressiva. • Relatório de Audiências - Parte 3 (Mediação): 1º-12-2026 Condução autônoma das sessões sob supervisão, com registro de aprendizagem a cargo do(a) tutor(a).
AValiação	- Avaliação de reação: Feedback sobre as atividades; - Avaliação de aprendizagem: Participação efetiva nas oficinas, atividades práticas, entrega de relatórios no Observatório e durante o estágio supervisionado; - Avaliação final pelos(as) Juizes(as) Supervisores(as) dos Cejuscs, considerando a

	performance nas audiências supervisionadas; - Será exigida frequência mínima de 75% nas oficinas e o cumprimento integral das etapas práticas (observatório e estágio). O não cumprimento de qualquer uma das etapas resultará na não certificação do(a) participante.
DETALHAMENTO DA AVALIAÇÃO	Após a assistência das audiências, o(a) estudante deverá elaborar o Relatório de Aprendizagem, com os dados solicitados. Para ser considerado aprovado(a), o(a) estudante deverá realizar todas as atividades propostas durante o período de realização do curso e alcançar o nível de aproveitamento igual ou superior a 70 pontos, considerando a média simples do resultado obtido no questionário.
CERTIFICAÇÃO	Para ser considerado aprovado, o(a) estudante deverá realizar todas as atividades propostas durante o período de realização do curso e alcançar a média de aproveitamento igual ou superior a 70 pontos, considerando a média simples dos resultados obtidos nos questionários.
ACESSIBILIDADE	- Legendagem - Libras - Audiodescrição
FINALIDADES	- Magistrados(as): Formação Continuada; Promoção por Merecimento. - Servidores(as): Adicional de Qualificação; Promoção.
PROGRAMA	Aulas telepresenciais: • 23-10, 9h às 12h: <i>Conciliação e acessibilidade: inclusão e respeito à diversidade</i> - Camila Leal Lima; <i>Conciliação e os protocolos de atuação: a metodologia da inclusão</i> - Dorotéia Silva de Azevedo; <i>Efetividade do regime de cooperação judiciária</i> - Déa Marisa Brandão Cubel Yule; • 27-10, 10h às 12h: <i>Redação da ata</i> - Rodrigo Guerra Martins; • 29-10, 10h às 12h: <i>IA na conciliação</i> - Jorge Alberto Araujo; • 05-11, 10h às 12h: <i>Estudos de caso 2</i> - Ana Julia Fazenda Nunes; • 05-11, 13h30 às 15h30: <i>Conversas Difíceis, Boas Práticas e Orientações para o Estágio</i> - Aline Doral Stefani Fagundes. • 05-11, 16h às 18h: <i>Justiça Restaurativa</i> - Luciana Caringi Xavier; • 12-11, 10h às 12h: <i>Casos práticos de Mediação pré processual</i> - Fabricio Luckmann; • 12-11, 14h às 16h: <i>Casos práticos de mediação coletiva</i> - Ana Luiza Heineck Kruse e João Pedro Silvestrin; • 19-11, 9h às 12h: <i>Prática Simulada</i> - Marinês Denkievicz Tedesco Fraga e Fabiola Schivitz Dornelles Machado; • 19-11, 14h às 17h: <i>Oficina prática</i> - Fernando Hoffmann. Etapas de Observação: 23-10 a 09-11 Observação de sessões conduzidas por conciliadores(as) experientes, sob supervisão do(a) magistrado(a) coordenador(a). Etapas de Comediação: 10-11 a 23-11 Condução conjunta de sessões ao lado do(a) conciliador(a) ou supervisor(a) de referência, com avaliação progressiva. Etapas de Mediação: 24-11 a 1º-12 Condução autônoma das sessões sob supervisão, com registro de aprendizagem a cargo do(a) tutor(a).
BIBLIOGRAFIA	• BRASIL. Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Resolução nº 415, de 23 de maio de 2025. Dispõe sobre a política judiciária nacional de tratamento adequado das disputas na Justiça do Trabalho. • BRASIL. Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 (Lei de Mediação). • BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). Conciliação e mediação • FISHER, Roger; URY, William; PATTON, Bruce. <i>Como chegar ao sim: como negociar acordos sem fazer concessões</i>. Rio de Janeiro: Sextante, 2018. • ALMEIDA, Tania. <i>Caixa de ferramentas em mediação: aportes práticos e teóricos</i>. São Paulo: Dash, 2014.

	• TARTUCE, Fernanda. <i>Mediação nos conflitos civis</i>. 6. ed. São Paulo: Método, 2021. • AZEVEDO, André Gomma de (org.). <i>Manual de mediação judicial</i>. 6. ed. Brasília: CNJ, 2016. • SCHIAVI, Mauro. <i>Manual de direito processual do trabalho</i>. São Paulo: JusPodivm (edição mais recente), capítulo sobre conciliação e métodos consensuais. Inteligência artificial e ética no Judiciário • NUNES, Dierle; MARQUES, Ana Luiza Pinto Coelho. Inteligência artificial e direito processual: vieses algorítmicos e os riscos de atribuição de função decisória às máquinas. <i>Revista de Processo</i>, v. 285, 2018. • SALOMÃO, Luis Felipe (coord.). <i>Inteligência artificial: tecnologia aplicada à gestão dos conflitos no âmbito do Poder Judiciário brasileiro</i>. Rio de Janeiro: FGV Conhecimento, 2020. • O'NEIL, Cathy. <i>Algoritmos de destruição em massa</i>. Santo André: Rua do Sabão, 2020. • SUSSKIND, Richard. <i>Online courts and the future of justice</i>. Oxford: Oxford University Press, 2019. • KATSH, Ethan; RABINOVICH-EINY, Orna. <i>Digital justice: technology and the internet of disputes</i>. Oxford: Oxford University Press, 2017. • MARQUES, Ricardo Dalmaso. Inteligência artificial e resolução de disputas online. <i>Revista de Arbitragem e Mediação</i>, v. 60, 2019.
OBSERVAÇÕES	Servidores(as) do TRT4: 1. Lembre-se de comunicar a inscrição no curso à sua chefia imediata. 2. Nos termos do disposto no § 2º do art. 6º da Resolução 159/2015 do CSJT, não poderão participar de ações de capacitação os servidores em gozo de férias, ou usufruindo as licenças previstas nos incisos I a VII do artigo 81, detalhadas nos artigos 83, 84, 85, 86, 87, 91 e 92, os afastamentos previstos nos artigos 93, 94, 95, 96-A, assim como as licenças dispostas nos artigos 202, 207, 208, 210 e 211, todos da Lei nº 8.112/90.



Este evento atende ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU nº 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.



Acesse aqui os tutoriais para inscrições e acesso ao Sistema da Escola Judicial:

- [🔗 1\) Público interno do TRT4 - magistrados\(as\) e servidores\(as\), inclusive aposentados\(as\);](#)
[🔗 2\) Público externo.](#)

CURRÍCULOS COMPLETOS	
RODRIGO GUERRA MARTINS	Atuei por aproximadamente 10 anos como secretário de audiências e atuo como conciliador junto ao CEJUSC de 1º grau do TRT4 desde maio de 2020. PROGRAMA DE NEGOCIAÇÃO - MÉTODO HARVARD - 2019
JOÃO CARLOS BAPTISTA JÚNIOR	Analista Judiciário - Área Judiciária, desde 2009, tendo iniciado minhas atividades na 1ª VT de Gramado. Atualmente estou lotado no CEJUSC do 2º Grau, atuando como Conciliador desde 2023. Sou PCD e estou finalizando um Mestrado em Desenvolvimento Sustentável como aluno da UNESCO.
CAMILA LEAL LIMA	Camila Leal Lima. Juíza do Trabalho. Master of Science in Legal Studies Dispute Resolution (Washington Lincoln University, EUA). Formação executiva em negociação pela Harvard Law School (Harvard Negotiation Project Theory and Tools). Especialista em Direito e Processo do Trabalho (UERJ). Professora em

	cursos de Pós-Graduação em Direito e Processo do Trabalho e nas Escolas Judiciais do Poder Judiciário. Integrante do Conselho Editorial da Revista do TRT da 1ª Região. Membro Honorária do Instituto dos Advogados Brasileiros. Condecorada com a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário (2023).
DOROTÉIA SILVA DE AZEVEDO	Juíza do Trabalho há 30 anos no TRT5, titular da 30ª Vara do Trabalho de Salvador, LLM em Resolução de Disputas, com foco em Mediação, pela Pepperdine University, Califórnia, EUA, revalidado pela UnB (Universidade de Brasília) como Mestrado em Direito, Mediadora judicial, tendo atuado em mais de 50 mediações na Corte Superior de Los Angeles e inúmeras no Brasil, Especialista em Direito Constitucional do Trabalho pela UFBA (Universidade Federal da Bahia), certificada pela Women's Negotiation Academy, autora de diversos artigos na área, Professora e contetudista da ENAMAT. Atuou como Juíza Supervisora do CEJUSC TST (agosto de 2023 a outubro de 2024) e Juíza Auxiliar do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (fevereiro de 2024 a outubro de 2024). Integrante do Grupo de Estudos de Raça da ENAMAT. Professora de Escolas Judiciais no Brasil, palestrante nacional e internacional.
DÉA MARISA BRANDÃO CUBEL YULE	Juíza Auxiliar da Vice-Presidência do Tribunal Superior do Trabalho (Cejusc). Escritora, palestrante e especialista em métodos consensuais de solução de conflitos e acessibilidade no Mestrado em Sistemas de Resolución de Conflictos pela Universidade Nacional de Lomas de Zamora (UNLZ ¿ Argentina). Pós-graduada em Mediação e Conciliação pela UNISE. Pós-graduada em Direito Tributário pela Universidad de Navarra (Espanha). Representante da Região Centro-Oeste na Comissão Nacional de Promoção à Conciliação (CONAPROC) do CSJT. Vice-Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do TRT-24. Professora em Escolas Judiciais, na Escola da Magistratura do Trabalho e em cursos de pós-graduação. Prêmio Conciliar é Legal (CNJ): Vencedora nas edições de 2021 (categoria Instrutores) e 2022 (categoria Demandas Complexas ou Coletivas, com o projeto ODR TEC). Prêmio Justiça do Trabalho Acessível (CSJT): Vencedora na 1ª edição (2022).
JORGE ALBERTO ARAÚJO	Formação Acadêmica: Graduação em Direito: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 199, Especialização em Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho e Previdência Social: Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), 2007; Especialização em Direito do Trabalho e Seguridade Social: Universidad de la República (UDELAR), Uruguai, 2011; Master em Teoria da Argumentação Jurídica: Universidad de Alicante, Espanha, 2012, Especialização em Raciocínio Probatório e Prova Testemunhal: Universidad de Girona, Espanha; Cursos e Formação Complementar: Crisis Management & Business Continuity: Massachusetts Institute of Technology (MIT), 2019; Programa de Negociação para Magistrados - Método Harvard: CMI Interseer, 2018. Publicações Relevantes. Livros: "Interrogatório Eficaz: Tenha sucesso na prova testemunhal", 2ª edição, 2022.
LUCIANA CARINGI XAVIER	Juíza do Trabalho desde 2002, ingressou no TRT da 12ª Região, passando a integrar o quadro do TRT da 4ª Região em 2008, por permuta. É Juíza Titular da Vara do Trabalho de Santiago e atualmente está como Juíza Auxiliar da Vice-Presidência do TRT da 4ª Região, biênio 2024-2025.
ANA JULIA FAZENDA NUNES	Graduação em Ciências jurídicas e Sociais - Unisinos - 1994; Advocacia de 1994 a 1999. Servidora pública de 1999 a 2001; Juíza do Trabalho a partir de 2001; Especialização em Direito e Processo do Trabalho - Unisinos - 2003.
ALINE DORAL STEFANI FAGUNDES	Juíza do Trabalho desde 2005; - Mestre em Direitos Humanos pela Universidade de Indiana, EUA; Certificada em Mediação de Disputas pela Educação Executiva da Universidade de Harvard, em Cambridge, EUA; Certificada como mediadora pela Universidade de Indiana em parceria com o Governo do Estado de Indiana, nos Estados Unidos; Supervisora do Cejusc do 2º Grau do TRT da 4ª Região de 2019 a 2022; Juíza Gestora do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem 2024/2025; Coordenadora Regional do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania da Amatra IV; - Juíza Auxiliar da Vice-presidência Jurisdicional 2026/2027.

FABRICIO LUCKMANN	Juiz do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, em Porto Alegre/RS. Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRGS (2004), atua há 24 anos na Justiça do Trabalho, sendo mais de 19 anos na magistratura. Iniciou a carreira no TRT da 4ª Região como Técnico Judiciário (2002-2004) e Analista Judiciário (2004-2007). Ingressou na magistratura em 2007, como Juiz do Trabalho Substituto no TRT4, e atuou no TRT da 12ª Região entre 2011 e 2016, por permuta. Desde 2016, exerce a jurisdição de primeiro grau no TRT4, em Porto Alegre. Atualmente, desde dezembro de 2024, coordena o Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas da Justiça do Trabalho de 1º Grau de Porto Alegre (CEJUSC-JT) e integra o Grupo Operacional do Centro de Inteligência do TRT4. Em 23/06/2026, proferiu a palestra "Conciliação: busca da pacificação social e desafios", no Simpósio Trabalho e Saúde, durante o 26º Congresso de Stress da ISMA-BR e o 28º Fórum Internacional de Qualidade de Vida no Trabalho, em Porto Alegre/RS. Propõe-se a lecionar sobre métodos consensuais de solução de disputas, especialmente conciliação e mediação.
ANA LUIZA HEINECK KRUSE	Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ingresso no Tribunal do Trabalho da 4ª. Região, no cargo de Oficial de Administração, em 03.06.74. Exercício do cargo de Juiz do Trabalho Substituto, a partir de 25.08. 1980. Promoção a Juiz Presidente de Vara, em 29.4.84. Exercício do cargo de Desembargadora a partir de 10.07.2001.
JOÃO PEDRO SILVESTRIN	Desembargador do TRT4. Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1985. É pós-graduado em Direito da Economia e da Empresa pela Fundação Getúlio Vargas em 1999 e Especialista em Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho e Direito Previdenciário pela Universidade de Santa Cruz do Sul em 2007.
MARINES DENKIEVICZ TEDESCO FRAGA	Formada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pós Graduada em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Anhanguera-Uniderp; Curso de Formação de Magistradas e Magistrados Formadoras/es e Supervisoras/es em Conciliação e Mediação-TRT9; Programa de Negociação - MÉTODO HARVARD - convênio entre a Escola Judicial do TRT4 e CMI; II NY Mission: Building the present and the future of Dispute Resolutions - NY.
FABÍOLA SCHIVITZ DORNELLES MACHADO	Sou formada pela PUC/RS em 1993, cursou pós-graduação em Direito Civil e Processo Civil em 2001 na Uniritter. Sou Juíza do Trabalho desde 2005. Estou habilitada para atuar como Supervisora de Cejusc. Tenho várias certificações em cursos sobre negociação e conciliação, inclusive, no método Harvard, pelo a EJUD4.
FERNANDO HOFFMANN	Juiz Titular da 22ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR; Juiz Supervisor do Primeiro Núcleo de Justiça 4.0 do TRT do Paraná. Membro do NUPEMEC do TRT do Paraná. Especialista em Direito e Processo do Trabalho - Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Mestre em Direito das Relações Sociais - Faculdade de Direito da UFPR. Mestre em Resolução de Disputas com dupla concentração (mediação e arbitragem) - Faculdade de Direito da Pepperdine University Coordenador, Professor, Tutor e Palestrante em ações formativas sobre mediação, conciliação, negociação e comunicação em diversas Escolas Judiciais (TRTs 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 17, 18, 19, 20, 22, 23 e 24). Professor e tutor dos módulos teórico e prático do curso nacional de mediação e supervisão de CEJUSCs na Justiça do Trabalho da Escola Nacional de Aperfeiçoamento da Magistratura do Trabalho.